

## ATA.nº 01 - Atendimento aos Municípios

No dia três de setembro de mil novecentos e noventa e sete, reuniu-se a equipe técnica do Arquivo Público do Estado, que teve início com a Chefe da Divisão de Projetos e Pesquisas Eloá Maria Possebon explanando que é necessário que a equipe defina os objetivos do atendimento aos Municípios. Leu uma relação de princípios que embasam a definição dos objetivos e sugeriu que o primeiro fosse a padronização da forma de atendimento que será prestado pelo Arquivo. Depois de várias colocações por parte dos membros da equipe, ficou definido que o assessoramento será a nível de conscientização com fornecimento de subsídios teóricos e que os itens Protocolo, Avaliação, Classificação, Descrição, Conservação/Preservação e Amparo Legal e Forma de criação de Arquivos Públicos, devam ser abordados e padronizada a forma e a abrangência de cada um, conforme segue descrito. PROTOCOLO - esclarecer a diferença entre Protocolo e Arquivo. AVALIAÇÃO - passar conhecimentos básicos de avaliação, da importância de avaliar e as formas exemplificatórias de desenvolver a avaliação. Ficou também acordado que o Manual de Avaliação existente não deverá ser distribuído aos Municípios e que será elaborado um polígrafo com diretrizes específicas para estes. CLASSIFICAÇÃO - passar conhecimentos e conceitos de classificação destacando a necessidade rigorosa de seguir os princípios básicos que regem a classificação. DESCRIÇÃO - será oferecido o polígrafo atual e, como primeira sugestão deverá ser orientado que o instrumento básico para a pesquisa será o Guia. PRESERVAÇÃO e CONSERVAÇÃO - será basicamente a nível de orientação dos princípios básicos e conhecimento da existência da técnica de encadernação e restauração. AMPARO LEGAL E FORMA DE CRIAÇÃO DE ARQUIVOS PÚBLICOS - ficou determinado que será recomendado a não criação de dois arquivos, ou seja, a existência de um arquivo de caráter intermediário e outro de caráter histórico não é o procedimento correto pois separa fundos e propicia o surgimento de políticas diferenciadas. Após essas definições a equipe concluiu que o polígrafo utilizado atualmente nas assessorias, deverá ser revisado com o objetivo de adaptá-lo as normatizações ora definidas. Outro ponto considerado importante e que deverá ficar bem esclarecido tanto entre os técnicos como para os Municípios solicitantes, é que na assessoria oferecida pelo Arquivo não consiste a execução das tarefas abordadas

durante esta. O próximo assunto abordado foi o SIARQ - ficou decidido que, qualquer das equipes que estiverem atuando nas Secretarias deverão necessariamente desenvolver os trabalhos de forma integrada com as outras equipes, respeitando a normatização e a padronização existentes. Outra questão levantada pela Arquivista Adriana é a necessidade da definição de atuação do SIARQ e do Arquivo. Devido o adiantado da hora, foi encerrada a reunião ficando para o dia quatro de setembro do ano corrente, a continuação dos debates.